

REQUERIMENTO

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, venho requerer ao Governo Regional que me sejam fornecidos, com urgência, os seguintes elementos actualizados quanto à aplicação do Rendimento Mínimo Garantido na Região:

1º - Número geral de titulares beneficiários e distribuição por ilhas.

2º - Composição etária dos titulares e beneficiários.

3º - Situação profissional dos titulares.

4º - Número de beneficiários dispensados de programas de inserção social.

Requer-se ainda igualmente uma informação objectiva sobre o funcionamento das Comissões de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido, por ilha.

Com respeitosos cumprimentos.

Açores, 29 de Janeiro de 2001

O Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, José Decq Mota

Secretário (*António Loura*): Do Grupo Parlamentar do PSD, um requerimento subscrito pelos Srs. Deputados Humberto Melo e José Manuel Bolieiro, que diz:

“Através dos órgãos de comunicação social, têm sido veiculadas notícias que indiciam que houve *“favorecimento em concursos públicos nos Açores”*, conforme chegou a ser intitulado um artigo na imprensa.

Considerando que essas notícias têm como fundamento um despacho proferido pelo Ministério Público;

Considerando a gravidade inusitada de tal despacho que faz transparecer a existência de situações como, *“decisão discutível por causa do dever da*

Administração ter de justificar as suas decisões”, “a administração tem de ter um mínimo de coerência no modo de actuar: não pode desaplicar a circular hoje para aplicar amanhã”, “ficamos todos sem saber se a decisão do Senhor Secretário das Finanças teve uma vontade livre e esclarecida, certamente que não pode por falta de informação técnica”, “ao saber que havia uma sobrinha a concorrer, deveria ter pedido de imediato ao superior hierárquico a dispensa de intervir no concurso. A omissão deste dever constitui falta grave para efeitos disciplinares tendo que todos os actos praticados por esta assistente eram anuláveis”,...

Considerando que estão directamente envolvidos os Secretários Regionais da Economia e da Presidência para as Finanças e Planeamento e que, até ao presente, não tornaram pública qualquer posição de esclarecimento.

Assim, ao abrigo do disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD requerem ao Governo as seguintes informações:

1. Quais as medidas ou acções tomadas para apurar responsabilidades e para evitar, no futuro, situações análogas?
2. Face às acusações proferidas, os concursos em apreço serão anulados e será reposta a legalidade?

Ponta Delgada, 31 de Janeiro de 2001

Os Deputados, Humberto Melo e José Manuel Bolieiro”